



Gabinete do Senador/Senado Federal

No esforço concentrado antes das eleições, Plenário examina extensa pauta, tendo aprovado, entre outros, projeto que estabelece que poderá ser considerado pai quem se recusar a fazer teste de DNA

Senado aprova maior controle civil sobre as Forças Armadas

Fundamentado na Estratégia Nacional de Defesa, projeto determina que secretários do Ministério da Defesa serão livremente escolhidos entre militares e civis, respeitadas as peculiaridades de cada secretaria

O projeto do Executivo que reforça a subordinação das Forças Armadas ao poder civil foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para sanção

presidencial. A matéria também fortalece as atribuições do Ministério da Defesa e unifica as operações das três forças. Emenda feita ao projeto pela Câmara amplia o

papel das Forças Armadas nas fronteiras. Diversos outros projetos foram votados no Plenário e nas comissões, no segundo dia do esforço concentrado. **3 a 8**

Punição a quem praticar crime para receber herança 3

Vai à Câmara proposta que permite prisão de eleitor 4

Proteção especial para quem colaborar com CPI 5

Criada Política Nacional de Segurança de Barragens

Se não houver recurso, projeto aprovado pela Comissão de Infraestrutura seguirá direto para sanção presidencial. **6**

Alcoolismo não poderá motivar demissão por justa causa

Proposta define vício como doença e determina proteção legal ao dependente. Dispensa só ocorrerá em caso de recusa ao tratamento. **8**



Jonas Pereira/Senado Federal

Sarney conversa com Paul Biya: contato entre nações é essencial para relações comerciais e ajuda humanitária

José Sarney recebe presidente de Camarões

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da República de Camarões, Paul Biya,

que veio ao Brasil para firmar acordos de cooperação e participar da reinauguração da embaixada de seu país. **2**

Burocracia menor para abrir ou fechar empresas

Senado altera e devolve à Câmara projeto de Adelmir Santana que uniformiza legislação federal para registro empresarial. **7**

Trabalhador endividado não poderá ser discriminado

Projeto aprovado na CAS impede que empresas neguem vaga a quem está incluído em algum cadastro de inadimplência. **7**

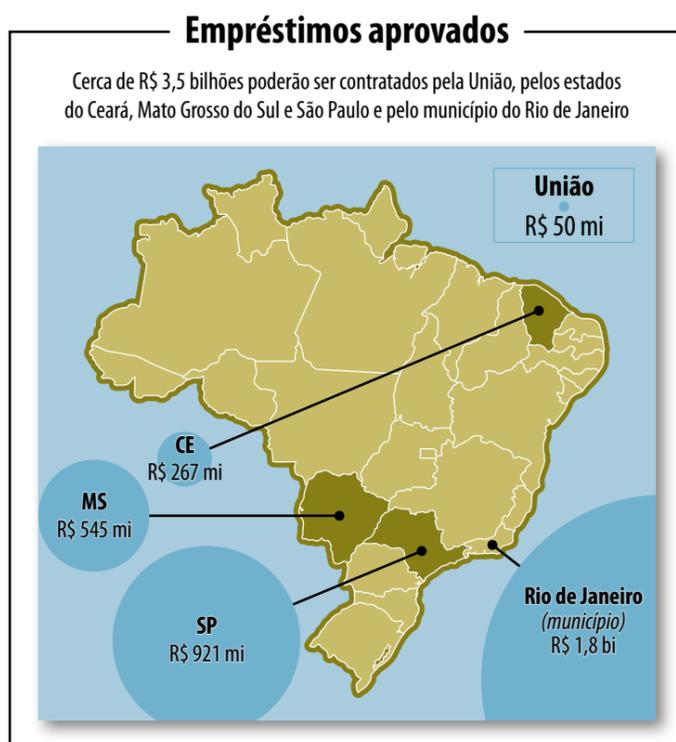
Senador ressalta boas condições de empréstimos aprovados pelo Senado, com carências favoráveis, prazo de amortização compatível e taxas de juros competitivas

Delcídio comemora recursos para Mato Grosso do Sul

REFERINDO-SE À REUNIÃO da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ocorrida na terça-feira, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) celebrou a aprovação de empréstimos para diversos estados, especialmente para Mato Grosso do Sul. Ele disse que o estado poderá contrair dívidas de US\$ 300 milhões com o Banco Mundial (Bird) e de US\$ 12 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimentos em infraestrutura e gestão, num total aproximado de R\$ 545 milhões.

O senador disse que o estado tem uma economia de produção diversificada e conta com empresariado eficiente, além de ter uma posição geográfica estratégica na América do Sul. Ele observou que o grande desafio é a logística, informando que o empréstimo aprovado vai ser empregado em obras que atingem todas as regiões do estado.

Delcídio assinalou que, independentemente de partidos e da disputa eleitoral, o governo federal tem acelerado a tramitação dos empréstimos e levado benefícios a Mato Grosso do Sul. Ele disse que o empréstimo do BID será empregado no aumento



da eficiência de gestão do governo estadual.

– Eu não poderia deixar de destacar as condições desses empréstimos, com carências extremamente favoráveis; prazo de amortização compatível com o fluxo de caixa do estado; e taxas de juros absolutamente

competitivas e incomparáveis se olharmos as taxas de juros praticadas no Brasil. Isso é o resultado do esforço da bancada de Mato Grosso do Sul, do governo do estado, dos secretários estaduais, da assembleia legislativa e, acima de tudo, uma vitória da população – afirmou.

Comissão vai analisar projeto de novo Código de Processo Civil

Foi instalada ontem a comissão de senadores encarregada de analisar o projeto de novo Código de Processo Civil (PLS 166/10). A comissão será presidida pelo senador Demostenes Torres (DEM), terá como vice-presidente Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e como relator Valter Pereira (PMDB-MS).

O anteprojeto que resultou no PLS 166/10 foi elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que realizou audiências públicas em várias capitais brasileiras com o objetivo de recolher subsídios para as mudanças.

A proposta, que visa combater a morosidade da Justiça, incorpora ao Direito brasileiro mecanismos consagrados em outros países. Um deles é o incidente de resolução de demandas repeti-

vas, existente no Direito alemão. Trata-se da identificação de processos que contenham a mesma questão, que estejam ainda no primeiro grau de jurisdição, para decisão conjunta.

A reforma também tem como meta simplificar o processo civil, eliminando os recursos que muitas vezes retardam a aplicação da Justiça. Vários procedimentos especiais, que atrasavam a sentença do juiz, foram eliminados.

Conciliação

Uma das mudanças propostas pela comissão de juristas fortalece a conciliação e a mediação antes do início do processo judicial propriamente dito. O réu que deixar de comparecer injustificadamente à fase de conciliação poderá ser processado por ato atentatório à dignidade da Justiça.

Cadetes da Agulhas Negras visitam Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a turma de cadetes que encerra o primeiro ano do curso de aspirantes a oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Na ocasião, ele foi convidado a participar da cerimônia de encerramento do ano, no próximo dia 21 de agosto.

Durante a audiência, o coronel Enio Moreira Azzi disse que resultou de iniciativa de Sarney, quando presidente da República, a duplicação das instalações da Aman, em Resende (RJ). Presente ao encontro, o tenente Thiago Pais explicou que essa primeira formatura representa a honra do cadete.

– O espadim é uma réplica do sabre usado por Duque de Caxias na Guerra do Paraguai. É uma representação do código de honra do cadete. O curso dura cinco anos. No primeiro ano, o cadete recebe o espadim. No quarto ano, é promovido a aspirante oficial – explicou.

Procuradores defendem poder investigatório

Representantes de procuradores da República de 20 estados brasileiros, liderados pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney.

Em entrevista à imprensa, Bigonha informou que os procuradores acompanham projetos de interesse da área, como o que limita a atuação do Ministério Público (MP), em tramitação no Congresso. A categoria luta para que o MP consiga a manutenção do seu poder investigatório e de controle externo da atividade policial.

Bigonha esclareceu que o MP age como advogado da sociedade e, quando propõe uma ação, o faz em nome do cidadão. Por isso, para ele, são importantes a independência e o fortalecimento da instituição.

Os procuradores também vieram conhecer o dia a dia do Parlamento.



Durante a recepção a Paul Biya, no Salão Nobre do Senado, José Sarney destacou a ajuda do Brasil ao país africano

Sarney recebe presidente da República de Camarões

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da República de Camarões, Paul Biya, que veio ao Brasil para firmar acordos de cooperação em diversas áreas e participar da reinauguração da embaixada de seu país. Segundo Sarney, o contato e a aproximação entre as duas nações são essenciais, tanto para o estreitamento das relações comerciais quanto para a ampliação do auxílio que o Brasil já vem dispensando àquele país.

O senador disse que Camarões é um país agrícola, o qual o Brasil vem ajudando por meio de acordos de cooperação nessa área, com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Acres-

centou que, como a nação africana é grande produtor de cacau, equipes da Embrapa estão treinando agricultores naquele país para que possam erradicar as pragas dessa lavoura, aumentar sua produção e incrementar a indústria de transformação do produto.

Problemas

A avaliação de Sarney é semelhante à do presidente de Camarões. Para Paul Biya, “a voz” do Brasil vem sendo cada vez mais ouvida e poderá ajudar Camarões e outros países africanos a superar seus problemas de pobreza e insegurança.

A visita de Biya, a primeira de um presidente de Camarões ao Brasil, coincide com os 50 anos

de independência daquele país, com posição geopolítica importante na África, já que é porta de entrada para várias nações que não têm saída para o mar, como lembrou Sarney, o que facilita a aproximação do Brasil também com esses países.

Ao mencionar os laços que unem brasileiros e africanos, o presidente do Senado falou sobre o processo de fortalecimento dos países da África e as dificuldades que vêm enfrentando nesse percurso, algo familiar para o Brasil, que também foi colônia. Estiveram presentes à cerimônia no Salão Nobre do Senado os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Diploma para jornalistas em discussão

14h A pauta de votações do Plenário tem como um de seus itens a PEC 33/09, que trata da exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista.

Presidência Ordem do dia

16h O presidente do Senado, José Sarney, dirige a ordem do dia da sessão plenária.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Herdeiro indigno deverá perder direito a bens

Projeto aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem o objetivo de tornar automática a exclusão de herdeiro ou legatário indigno já condenado por sentença transitada em julgado.

Na prática, o que a proposta (PLS 168/06) de Serys Slhessarenko (PT-MT) define é que o herdeiro legítimo ou o legatário julgados em definitivo como autor, coautor ou participante de crimes contra a pessoa que deixou a herança percam imediatamente o direito aos bens, tornando desnecessária ação judicial com esse objetivo. O homicídio doloso contra o autor da herança ou sua tentativa está entre os crimes que motivam a exclusão de herdeiros.

Endossante pode tornar-se devedor solidário

Segue para análise da Câmara proposta que altera o Código Civil para estabelecer que o endossante, salvo cláusula expressa em contrário, responde pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado, como devedor solidário, dividindo, assim, a responsabilidade com o devedor do título. O projeto foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela CCJ.

O atual texto do Código Civil prevê que "ressalvada cláusula expressa em contrário, constante do endosso, não responde o endossante pelo cumprimento da prestação constante do título". Dispõe, no entanto, que, assumindo responsabilidade pelo pagamento, o endossante se torna devedor solidário. O projeto (PLS 166/06) é do então senador João Alberto Souza.

Projeto reduz pena de preso estudante

O condenado submetido a regime de prisão fechado ou semiaberto poderá, se passar a estudar, diminuir sua pena na proporção de um dia de privação de liberdade para cada 12 horas de frequência escolar. A medida foi aprovada em decisão terminativa, ontem, pela CCJ.

O relator da matéria na CCJ, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), recomendou a aprovação do substitutivo apresentado por Roberto Cavalcanti (PRB-PB) na Comissão de Educação (CE).

Embora sugestões de três projetos tenham sido aproveitadas no substitutivo, o parecer da CE elegeu o PLS 265/06 para aprovação. O substitutivo determina que o estudo poderá ser desenvolvido de forma presencial ou pelo método de ensino a distância.

Proposta que vai à sanção presidencial também fortalece o Ministério da Defesa, unifica as ações das três forças e cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

Controle civil sobre Forças Armadas é intensificado

O PROJETO DE lei complementar de iniciativa do Executivo que reforça a subordinação das Forças Armadas ao poder civil foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para sanção presidencial. A matéria (PLC 10/10), que altera normas de organização, preparo e emprego das Forças Armadas (Lei 97/99), também fortalece as atribuições do Ministério da Defesa e unifica as operações das três forças.

De acordo com o projeto, fundamentado na Estratégia Nacional de Defesa, aprovada por decreto em 2008, "os secretários do Ministério da Defesa serão livremente escolhidos pelo ministro da Defesa, entre cidadãos brasileiros, militares das três forças e civis, respeitadas as peculiaridades e as funções de cada secretaria". Além disso, as "iniciativas destinadas a formar quadros de especialistas civis em defesa permitirão, no futuro, aumentar a presença de civis em postos dirigentes do Ministério da Defesa".

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foi lido em Plenário pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que destacou o mérito da proposta de cria-

ção do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão de assessoramento máximo militar do ministro da Defesa. Heráclito Fortes também classificou como positiva a maior participação atribuída aos civis "em uma área até muito pouco tempo praticamente exclusiva de militares".

Fronteiras

Emenda feita ao projeto pela Câmara ampliou o papel das Forças Armadas nas fronteiras.

Apresentada pelo deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), estabelece que as ações na faixa de fronteira poderão ser feitas independentemente da posse, propriedade, finalidade ou qualquer outra restrição que recaia sobre essas áreas. Nas fronteiras, além do patrulhamento, as Forças Armadas poderão revistar pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, assim como fazer prisões em flagrante sempre que não houver policiais presentes.



Heráclito Fortes apresentou ao Plenário parecer da Comissão de Relações Exteriores

Projeto garante aplicação de súmulas do STJ

Foi também aprovado em Plenário o substitutivo do senador Valter Pereira (PMDB-MS) ao PLC 16/07, do Poder Executivo, que cria o recurso do pedido de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos juizados especiais cíveis.

Caso a decisão seja confirmada pela Câmara, para onde a proposta retorna, o recurso poderá ser interposto pela parte vencida sempre que houver divergência sobre questão de direito material ou processual entre turmas recursais do mes-

mo estado.

O objetivo do governo é "imprimir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa".

O substitutivo busca garantir a aplicação das súmulas e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nas decisões dos juizados especiais cíveis. O texto de Valter Pereira propõe ainda a redução de despesas por meio da utilização de recursos tecnológicos,

como a videoconferência para reunião de juízes de diferentes cidades.

As modificações propostas pelo relator após a realização de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tiveram por objetivo, de acordo com Valter Pereira, aproximar o teor do texto dos "valores maiores dos juizados especiais" (oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade), a seu ver, desfigurados pela proposta original.

Juizados especiais itinerantes em áreas rurais

Áreas rurais ou de pequena concentração populacional do país deverão contar com serviços de juizados especiais itinerantes. A medida foi proposta em projeto de lei (PLS 59/03) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado em decisão terminativa, ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esses serviços deverão ser estruturados no prazo de seis meses após a inclusão da medida na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

A alteração sugerida por Raupp na Lei 9.099/95, que regula a atuação dos juizados especiais cíveis e criminais, também pretendia priorizar o atendimento a municípios com maior demanda. A inclusão desse critério na lei, entretanto, não foi contemplada no substitutivo do relator Romero Jucá (PMDB-RR), que argumentou existirem outros fatores igualmente importantes para motivar a instalação de um juizado especial, como o acesso da população a meios de transporte.

O PLS 59/03 será submetido a turno suplementar de votação na próxima reunião da CCJ.

Ações sumárias passarão a ter limite de 60 mínimos

Os juizados especiais cíveis estaduais deverão passar a aceitar ações avaliadas em até 60 salários mínimos (R\$ 30.600), como já fazem os juizados especiais federais. Essa equiparação foi proposta em projeto de lei (PLS 275/03) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) aprovado em decisão terminativa, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O novo teto proposto para as causas sob responsabilidade dos juizados especiais estaduais também já foi incorporado ao Código de Processo Civil (CPC), quando trata do procedimento sumário em causas de valor inferior a 60 salários mínimos.

No parecer favorável ao PLS 275/03, o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), ressalta a intenção da proposta de uniformizar o texto da Lei 9.099/95 aos da Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01) e do CPC. Assim, estabeleceu a competência dos juizados especiais estaduais para analisar e julgar causas cíveis de menor complexidade e de procedimento sumário no valor de até 60 salários mínimos.

Recursos do FAT para qualificação de policiais

O treinamento e a qualificação de profissionais da segurança pública poderão ter mais uma fonte de financiamento. Proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) permite o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nessas atividades. A matéria recebeu decisão terminativa da CAS e agora será encaminhada à Câmara dos Deputados.

Para viabilizar o uso do FAT na capacitação de policiais, a proposta (PLS 251/07) inclui entre as competências do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) a de aprovar e acompanhar a execução de plano de trabalho de requalificação desses profissionais.

Garantido direito à educação ao preso provisório

Proposta que reforça a previsão legal de que os presos provisórios têm direito à educação como forma de promover a reintegração social foi aprovada pela CCJ e vai ao exame da Câmara.

A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) prevê o acesso à educação como forma de promover a reintegração social dos presos. O projeto (PLS 461/07) altera essa lei como "forma de obrigar o Estado a também oferecer essa educação ao preso provisório", explica o autor da proposta, Demostenes Torres (DEM-GO). Pelo projeto, a assistência educacional aos presos será oferecida tão logo ingressem no estabelecimento penal. A inexistência de convênio, por sua vez, não exime o estabelecimento penal de oferecer a assistência educacional.

Casamento não impede punição a estupro

O casamento de um agressor sexual com sua vítima pode deixar de impedir que ele responda por seus crimes. Tal possibilidade já foi banida do Código Penal, mas continua prevista, em alguns casos, no Código Civil. O fim dessa possibilidade foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, e segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Atualmente o artigo 1.520 do Código Civil (Lei 10.406/02) se refere à possibilidade de o casamento de menor de idade com o agressor sexual – em caso de gravidez da vítima ou não – evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal. O projeto (PLS 516/09) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) recebeu apoio da relatora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Mário Couto acusa prefeito de desvio de verbas

O prefeito de Salinópolis (PA) desviou verbas por meio de fraudes administrativas, acusou ontem Mário Couto (PSDB-PA). Ele acrescentou que tem provas das denúncias e que as enviará ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral da República.

De acordo com o senador, Vagner Curi teria realizado dispensa irregular de licitação para serviço de conservação urbana no valor de R\$ 1,5 milhão, tendo inclusive falsificado notas fiscais.

– Esse gasto está no bolso [dele], não foi para a população – afirmou.

Suplicy: bom senso indica o Morumbi para a Copa

Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou ontem que “o bom senso indica” que o Morumbi, do São Paulo Futebol Clube, “é o estádio de São Paulo para a Copa do Mundo”, até porque não há mais tempo para construção de outro. Para ele, o Morumbi é o maior estádio de São Paulo e as obras para sua adaptação devem começar imediatamente.

Suplicy informou que ele, Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP) foram ontem discutir o assunto com os ministros do Esporte, Orlando Silva, das Cidades, Marcio Fortes, e do Turismo, Luiz Eduardo Barretto.

Roberto Cavalcanti reclama de juros para agricultores

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) denunciou “o calvário absurdo” de um agricultor de Caiçara, na Paraíba, que tomou um empréstimo de apenas R\$ 2,4 mil no Banco do Nordeste (BNB), já pagou mais de R\$ 30 mil e ainda está sendo cobrado em mais R\$ 59 mil. O senador disse ter recebido correspondência da Assembleia da Paraíba pedindo que o Congresso adote medidas para evitar a repetição de fatos como esse. Agindo assim, disse ele, o Banco do Nordeste apenas “intimida os pequenos e médios produtores, maiores geradores de emprego no país”.

Tião Viana pede urgência em obra de aeroporto

Tião Viana (PT-AC) fez um apelo por celeridade na reforma da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Rio Branco. Segundo ele, a margem de pouso é de apenas 1.500 metros, com risco real de acidentes e limites ao acesso de aviões maiores. A pista está sendo reformada pelo 7º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, mas as obras caminham a ritmo lento, informou.

– Nós já fizemos veemente apelo à Infraero e ao Ministério da Defesa. O governador do estado já se posicionou [a favor] – disse o senador.

Maciel argumenta que realidade do país hoje é diferente da época em que foi adotado o atual Código Eleitoral e que delinquentes aproveitam proibição para cometer crimes



Fotos de José Cruz/Senado Federal

Se transformada em lei, mudança aprovada pelos senadores da Comissão de Justiça não valeria para as eleições deste ano

Eleitor pode perder garantia de não ser preso durante pleito

APENAS CANDIDATOS A cargos eleitorais, membros de mesa e fiscais de partido poderão manter a garantia de não serem presos durante as eleições. Os eleitores deverão perder o direito ao benefício, garantido pela atual legislação, de acordo com projeto de lei do senador Marco Maciel (DEM-PE) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 338/04) mantém a prerrogativa dos candidatos de não serem presos ou detidos em período que se inicia 15 dias antes do pleito e vai até 48 horas após a votação. Os mesários e os fiscais de partido também manterão esse direito durante o exercício de suas funções. Ser surpreendido em flagrante delito é a única exceção para esses casos, segundo o Código Eleitoral em vigor (Lei 4.737/65).

Os eleitores também têm,

pela legislação atual, a garantia de não serem presos ou detidos a partir de cinco dias antes da eleição até 48 horas após o pleito. Nesse período, o cidadão só pode ser preso em flagrante delito, se desrespeitar salvo-conduto – a ordem expedida por juiz para garantir o direito de ir e vir do cidadão – ou ainda em razão de execução de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

Delinquência

Para justificar a proposta, Marco Maciel argumenta que o Código Eleitoral foi concebido numa época em que a possibilidade de prisão por abuso ou ilegalidade era maior do que atualmente. Após a promulgação da Constituição de 1988, ressaltou, o princípio da liberdade está mais reconhecido e fortalecido. O parlamentar também considera importante

impedir que delinquentes aproveitem a proibição de prisão às vésperas das eleições para cometer crimes.

O relator do projeto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), concorda que a realidade do país é diferente daquela em que o código foi elaborado. Na década de 1960, observou, ainda era comum o chamado “mandonismo local”, em que se praticavam abusos inclusive no período eleitoral.

Atualmente, conforme Jereissati, a sociedade está vigilante, os meios de comunicação são independentes e o Ministério Público está atento. Assim, arbitrariedades e abusos cometidos por autoridades públicas ou por particulares vêm sendo denunciadas e contidas, observou. Segundo o relator, o aumento da periculosidade dos criminosos seria outro motivo em favor da aprovação da matéria.

Servidora da Receita irá explicar violação de sigilo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem dois requerimentos do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um deles relacionado à violação de sigilo fiscal de Eduardo Jorge

Caldas Pereira, atual vice-presidente executivo do PSDB.

O senador quer convocar a servidora pública Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves, lotada na Delegacia da

Receita Federal em Santo André (SP), para que ela explique à comissão seu eventual envolvimento na violação do sigilo fiscal de Eduardo Jorge. De acordo com a imprensa, Antonia responde a processo administrativo disciplinar, mas nega qualquer envolvimento com a quebra de sigilo fiscal do político do PSDB.

Alvaro Dias também quer esclarecimentos de Demetrius Sampaio Felinto, ex-funcionário da Presidência da República, sobre a suposta eliminação de fitas com imagens da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira em encontro com a ex-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. O suposto envolvimento de Demetrius Felinto com o episódio foi denunciado em reportagem da revista *Veja*.



Alvaro (D, com Virgílio, Jarbas e Maciel) pede convocação sobre caso Eduardo Jorge

Collor anuncia aprovação de sua candidatura

Fernando Collor (PTB-AL) informou ontem ao Plenário que, na noite do dia anterior, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Alagoas aprovou, por unanimidade, a inscrição dele como candidato ao governo do estado. De acordo com o senador, a aprovação se deu após apresentação de parecer do Ministério Público favorável à inscrição do candidato.

O parlamentar ressaltou que fornecia a informação em decorrência da publicação de notícia segundo a qual ele poderia ter sua candidatura impugnada.

Valter Pereira condena uso da “carteirada”

Valter Pereira (PMDB-MS) lamentou o fato de algumas autoridades ainda praticarem a chamada “carteirada” para se livrarem de responsabilidades ou obterem privilégios. O senador leu o editorial de 27 de julho de 2010 do jornal *Valor Econômico* sobre um suposto episódio de abuso de autoridade ocorrido em Mato Grosso do Sul.

O jornal afirma no editorial, intitulado “Abuso de poder, uma verdadeira praga nacional”, que o governador André Puccinelli teria agredido um cidadão que o chamou de ladrão durante caminhada em Campo Grande.

Maciel quer que novo governo priorize segurança

Marco Maciel (DEM-PE) pediu que o futuro governo dê prioridade à questão da violência, de modo a garantir o desenvolvimento do país. O senador salientou a necessidade de um planejamento para o combate à criminalidade, com uma atuação conjunta com as autoridades estaduais e municipais e também com a colaboração de equipes multidisciplinares.

Maciel lembrou que o governo federal tinha como objetivo, em 2007, baixar a média de assassinatos dolosos para 12 mil ao ano, mas em 2009 essa média continuou em 25 mil mortos.

ACM Júnior rebate críticas de Lula ao Senado

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) rebateu críticas ao Senado Federal feitas pelo presidente Lula, em um comício da candidata Dilma Rousseff, realizado em Curitiba no final de semana. No evento, Lula reclamou de uma suposta falta de qualidade do Senado atual, o qual, segundo ele, teria extinguido a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) apenas para tentar prejudicá-lo.

O senador recomendou a Lula cobrar as derrotas do governo ocorridas no Senado à sua própria bancada.



Serys: "É hora de provar que se quer segurança mais bem aparelhada"

Serys apela por aprovação da PEC dos policiais

A senadora Serys Ilhessarenko (PT-MT) apelou ontem, da tribuna, para que a Câmara dos Deputados aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC 446-A) que estabelece o piso salarial nacional para os policiais militares e civis e corpos de bombeiros. A senadora lembrou que na terça-feira os deputados não obtiveram acordo para votar a matéria, e manifestou a sua expectativa de que cheguem a um consenso.

Serys disse que a garantia de segurança pública depende de homens e mulheres preparados e bem remunerados. Para a senadora, não se pode querer que esses profissionais arrisquem a própria vida recebendo – como em alguns estados – "pouco acima do salário mínimo".

– É hora de provar que se quer uma segurança mais bem aparelhada, uma polícia amiga – afirmou, frisando que investir em segurança pública "é investir, primeiro, naqueles que dão a vida por nos proteger".



João Ribeiro defende exame rápido de proposta pelos deputados

João Ribeiro pede votação de piso para a PM

João Ribeiro (PR-TO) pediu aos deputados que aprove em segundo turno, na próxima sessão deliberativa, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08. Originalmente, a matéria determina que o salário dos policiais militares e bombeiros militares do Brasil não possa ser inferior ao da Polícia Militar do Distrito Federal.

Pelo texto já aprovado em primeiro turno, fica autorizada a criação, por lei complementar posterior, de um piso nacional para a categoria e de um fundo com recursos para ajudar os estados a pagar os salários de policiais militares e bombeiros. O projeto é do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

A intenção do autor da proposta, Demostenes Torres, é estender às pessoas convocadas por CPIs proteção semelhante à oferecida pelo programa de proteção a testemunhas de crimes. Projeto também inclui concessão de ajuda financeira

Testemunhas que colaborarem com CPIs poderão ter proteção especial

TESTEMUNHAS QUE COLABORAREM com as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na elucidação de crimes e de atos de improbidade administrativa poderão ter asseguradas medidas especiais de proteção, da mesma forma como já é garantido para as testemunhas que depõem perante a Justiça. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, e segue para análise dos deputados.

Apresentado por Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto (PLS 243/05) modifica lei que trata do funcionamento das CPIs (Lei 1.579/52) para estender às testemunhas dessas comissões medidas contidas no programa especial de proteção a vítimas e testemunhas de crimes, ameaçadas em razão de colaborarem com a investigação ou o processo criminal (Lei 9.807/99).

Ajuda financeira

O projeto condiciona ainda a concessão de ajuda financeira às testemunhas à demonstração



Demostenes (E), autor do projeto, em reunião da CCJ ao lado de Dornelles e Edison Lobão (que conversa com Luiz Fux, do STJ)

de que, em função dessa participação, elas sofrem restrições à liberdade de exercício de trabalho.

Demostenes argumenta que "grande parte das mais importantes revelações que levaram à elucidação de graves irregularidades e crimes investigados pelas CPIs ocorreu devido a depoimentos de pessoas cora-

josas, às vezes humildes financeiramente, como secretárias, motoristas e outros auxiliares".

Ele pondera também que essas pessoas sofrem profunda discriminação e se deparam com graves restrições ao ingresso ou à manutenção no mercado de trabalho. "Essa situação pode inibir a contribuição às CPIs", observa o senador.

Durante a discussão da matéria, Romeu Tuma (PTB-SP) observou que, atualmente, os membros das CPIs ficam sem poder de decisão, porque não podem garantir proteção às testemunhas.

– Esse projeto vem em boa hora para que a gente possa definir o poder que a CPI tem que ter para não cair no vazio – disse.

Criação de cem cargos efetivos na Ancine passa na CCJ

Depois de ser votado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o projeto de lei da Câmara (PLC 33/10) que cria cem cargos efetivos na Agência Nacional de Cinema (Ancine) foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O reforço no quadro de pessoal da agência será nos cargos de técnico em regulação e atividade cinematográfica e audiovisual (44 vagas) e de técnico administrativo (56 vagas), a serem preenchidos por meio de concurso público.

Quando a Ancine foi criada, há seis anos, foram abertas apenas 20 vagas efetivas para

cada um desses cargos. Com o aumento no volume de trabalho da agência, recorreu-se ao recrutamento de pessoal terceirizado para tocar esses serviços de apoio. A contestação desse tipo de contratação veio do Ministério Público e acabou motivando a criação desses cem cargos efetivos.

Na CCJ, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Quando os cargos aprovados tiverem seu provimento autorizado, o impacto orçamentário-financeiro mensal será da ordem de R\$ 329 mil, de acordo com a exposição de motivos ministerial anexada ao projeto.

Aprovadas vagas para os quatro ramos do Ministério Público

Foi acolhida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta que cria cargos e funções nos quadros de pessoal dos quatro ramos do Ministério Público da União: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O projeto foi proposto pela Procuradoria-Geral da República.

O texto aprovado cria 3.749 cargos de provimento efetivo de analista, 3.055 cargos de provimento efetivo de técnico, 2.381 cargos em comissão nível CC-2, 201 funções comissionadas nível FC-3, 568 funções comissionadas nível FC-2 e 525 funções comis-

sionadas nível FC-1, totalizando 10.479 cargos e funções.

Relatado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto de lei da Câmara (PLC 86/10) ampara-se, entre outras justificativas, no fato de o Ministério Público da União ter, atualmente, apenas dois analistas e três técnicos para cada um de seus membros, devendo essa relação ser alterada para três e cinco, respectivamente. No Poder Judiciário, hoje, a relação de analistas e técnicos por magistrado é de 24 e 33, respectivamente.

Se não houver recurso para que o projeto seja examinado em Plenário, o texto segue para sanção presidencial.

Acolhida a indicação da Eliana Calmon para corregedora do CNJ

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação da ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O presidente do Senado, José Sarney, destacou que ela será a primeira mulher a exercer o cargo de corregedora do colegiado. Criado em dezembro de 2004, o CNJ tem a atribuição de aperfeiçoar o trabalho do Judiciário, ao exercer controle sobre a atuação dos juizes.

A indicação, que já havia sido acolhida de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será comunicada à Presidência da

República. Primeira juíza de carreira a chegar a um tribunal superior, Eliana Calmon foi nomeada ministra do STJ pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999.

A sua atuação na magistratura foi destacada em Plenário pelos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES), César Borges (PR-BA), Mário Couto (PSDB-PA), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Serys Ilhessarenko (PT-MT) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Agências

O Plenário aprovou ainda a indicação de Jorge Luiz Macedo

Bastos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), em substituição a Francisco de Oliveira Filho.

Na sua exposição, pela manhã, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou sua indicação por unanimidade, Jorge Luiz Bastos afirmou que a estimativa governamental de gastos com a infraestrutura de rodovias e ferrovias para a próxima década, da ordem de R\$ 100 bilhões, reforça a necessidade de atrair investimentos privados para o setor.

Para assegurar essa mobilização de recursos, ressaltou, a ANTT tem o papel fundamental de garantir um ambiente de

negócios estável e a prestação de serviços adequados e de qualidade.

Também foi aprovada pelo Plenário a recondução de José Agenor Álvares da Silva para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A recondução de José Agenor já havia sido acatada em maio pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outra indicação aprovada ontem pelo Plenário foi a de Eduardo Marcelo de Lima Sales para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A indicação também havia sido acolhida em maio deste ano pela CAS.

Proposta aprovada pela Comissão de Infraestrutura seguirá diretamente para a sanção presidencial se não houver recurso para que seja examinada em Plenário

Política de Segurança de Barragens pode virar lei

PROPOSTA QUE INSTITUI a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) poderá seguir para sanção, se não houver recurso para exame pelo Plenário. Em reunião realizada ontem, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou alteração em parecer acolhido em março e com isso excluiu parte de emenda que mudava o mérito da proposta – se fosse mantida a alteração de mérito, a matéria voltaria à Câmara.

Como explicou o relator do projeto (PLC 168/09), senador Jorge Yanai (DEM-MT), embora nomeada como emenda de redação, a modificação anteriormente proposta alterava o mérito da proposição. Ao retirar tal modificação, a matéria, aprovada na CI em caráter terminativo, poderá seguir dire-

tamente para a sanção.

“Devemos ressaltar que consideramos fundamental que essa proposição seja aprovada com celeridade, dado o crescente perigo de acidentes em barragens. Não existe, até o momento, legislação que obrigue a sua conservação e manutenção. Portanto, faz-se necessário sanar todas as possíveis dúvidas, evitando o retorno do projeto para análise na Câmara dos Deputados”, considerou Yanai.

A alteração aprovada acrescentava a possibilidade de que a função fosse exercida também por quem a autoridade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de legasse.

Assim, de acordo com a redação final do artigo 5º, aprovada

pela CI, a fiscalização caberá – sem prejuízo das ações dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) – à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento elétrico; à entidade que concedeu ou autorizou o uso do potencial hidráulico, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica; à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos; e à entidade que forneceu a licença ambiental de instalação e operação para fins de disposição de resíduos industriais.



Senadores Fernando Collor (E) e Eliseu Resende na reunião da Comissão de Infraestrutura

Projeto amplia possibilidades de extinção de concessões públicas

Crimes praticados pelo titular da concessionária de serviços públicos poderão levar à caducidade – ineficácia – do contrato. É o que estabelece projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 416/07) amplia as possibilidades de declaração, por parte do poder concedente, de caducidade do contrato de concessão. Pelo texto aprovado, “os contratos de concessão poderão ser considerados caducos pelo poder concedente quando o titular da concessionária, em sentença transitada em julgado, for condenado por crime contra a ordem econômica, a ordem tributária, de lavagem de dinheiro

ou de natureza patrimonial, praticado no âmbito da concessão ou em virtude desta”.

Atualmente, a Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos (Lei 8.987/95) admite que a caducidade da concessão somente poderá ser declarada quando a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos.

Camata diz que a lei é omissa no caso de o concessionário, valendo-se dessa condição, usar a empresa para lavagem de dinheiro. No entanto, avalia que, como medida punitiva, a caducidade do contrato só faz sentido se o crime cometido pelo concessionário estiver relacionado com a concessão.

César Borges cobra recursos para a Bahia

Após destacar que a Bahia detém o posto de sexta economia entre os 27 estados brasileiros, César Borges (PR-BA) reclamou da falta de investimentos em infraestrutura no estado, sobretudo em aeroportos, portos, ferrovias e rodovias.

Dos 60 aeroportos da Bahia, 20, segundo o senador, estão interditados. De acordo com ele, o Aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, de Salvador – o quinto em movimento no país – é insuficiente para atender a demanda de 7 milhões de passageiros.

Representação no Parlasul aprova fundo de agricultura

O estímulo aos programas de apoio à agricultura familiar nos quatro países do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverá contar com um reforço anual de US\$ 360 mil. Este é o valor a ser aplicado a cada 12 meses o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul, que recebeu ontem parecer favorável da Representação Brasileira no Parlamento do

Mercosul (Parlasul). O regulamento será agora examinado pela Câmara e pelo Senado. Segundo a proposta, cada um dos quatro países fará um aporte anual de US\$ 15 mil. Os outros US\$ 300 mil serão obtidos através de cotas proporcionais ao tamanho dos integrantes – 70% (US\$ 210 mil) serão de responsabilidade do Brasil. Assim, a contribuição total do país será de US\$ 225 mil anuais.

Marisa denuncia manobra do governo do Irã contra Sakineh

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) denunciou ontem suposta manobra do governo iraniano, que mudou para “assassinato violento” do marido a acusação sobre Sakineh Mohammadi Ashtiani, que fora condenada a receber 99 chibatadas e, em seguida, ser apedrejada até a morte pelo “crime” de adultério, apesar de ser viúva.

Em apertados, Eduardo Suplicy

(PT-SP), Níura Demarchi (PSDB-SC), Mão Santa (PSC-PI) e Augusto Botelho (PT-RR), Paulo Paim (PT-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT) prestaram solidariedade a Sakineh.

Já o presidente do Senado, José Sarney, em entrevista, elogiou a iniciativa do presidente Lula de propor que o Brasil dê asilo a Sakineh. Sarney considerou inacreditável que ainda se pense em apedrejar alguém.

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 307/09), de autoria do Poder Executivo, que cria 270 cargos de provimento efetivo de técnico de laboratório e 90 de auxiliar de laboratório no quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A matéria vai a sanção. De acordo com a exposição de mo-

tivos encaminhada pelo governo, a criação dos cargos se justifica pela necessidade de ampliar a força de trabalho que atua diretamente nos laboratórios nacionais agropecuários. “A expansão do setor agropecuário do país nos últimos anos tem demandado significativo aumento na capacidade de resposta dos laboratórios nacionais”, diz o texto.

Proposta fixa marco regulatório para biocombustíveis

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o encaminhamento de projeto que trata da política nacional para os biocombustíveis. A proposta resulta de sete audiências públicas realizadas este ano, coordenadas por um grupo de trabalho designado em 2009 para elaborar um marco regulatório para o setor. O projeto seguirá para a Secretaria-Geral da Mesa para iniciar sua tramitação. O coordenador do grupo, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), frisou que o setor privado está ansioso por ter uma regulação que equalize de forma adequada a atividade, que tem impacto no país e também terá no exterior.

Aprovado relatório com sugestões para infraestrutura

O senador Fernando Collor (PTB-AL) destacou a aprovação, pela Comissão de Infraestrutura (CI), do relatório final com as sugestões apresentadas ao longo de 12 audiências públicas do colegiado no primeiro semestre deste ano. O ciclo de debates, que contou com a participação de representantes do poder público, da iniciativa privada e do mundo acadêmico, teve o objetivo de debater e buscar soluções para um dos principais gargalos do setor de infraestrutura: a crescente necessidade de mão de obra qualificada no país. O documento será encaminhado a diversas entidades e instituições para análise.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Heráclito Fortes • Rosalba Ciarlini • João Faustino • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Recusar teste de DNA será admissão de paternidade

O homem que se recusar a realizar teste de DNA para investigação de paternidade pode ser considerado o pai. É o que prevê projeto aprovado ontem pelo Plenário e que vai à sanção. O PLC 31/07 prevê a admissão tácita da paternidade com a recusa do suposto pai em fazer o teste de DNA.

Pela legislação vigente (Lei 8.560/92), a recusa do réu em se submeter ao exame de código genético (DNA) gera a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com outras provas que sustentem a ação. Ou seja, não se pode presumir a paternidade se houver provas suficientes que demonstrem a falta de fundamento da ação.

Senadores ratificam acordos internacionais

O Plenário acolheu ontem, entre outros acordos internacionais firmados pelo Brasil, texto de emenda à convenção que estabelece o Conselho de Cooperação Aduaneira, adotado em Bruxelas, em 30 de junho de 2007. Outro projeto aprovou a adesão do Brasil ao texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul.

A convenção firmada pelos governos do Brasil e da Venezuela para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda, assinada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, também foi aprovada.

Acordos sobre defesa, crimes e tráfico de pessoas

Entre os 12 acordos internacionais aprovados pelos senadores ontem, três tratam de cooperação no âmbito da defesa. O primeiro, entre Brasil e Honduras, foi saudado pelo relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 17/10, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), como importante na retomada das relações entre os dois países. Os outros acordos aprovados são com El Salvador e Bolívia.

Também foram confirmados tratado entre Brasil e Panamá sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal e acordo sobre tráfico de migrantes entre os países integrantes do Mercosul, Bolívia e Chile.

A Universidade Federal de Goiás foi autorizada pelo Plenário a alienar, por meio de doação, dois imóveis à Universidade Federal do Tocantins. O projeto (PLC 62/06) é do Executivo e vai à sanção. Os imóveis estão localizados no município de Porto Nacional, em local onde funcionava um *campus* da instituição goiana antes da criação do estado do Tocantins, em 1988.

Autor da proposta, Adelmir Santana avalia que leis ultrapassadas ainda em vigor atrapalham muito a vida do empresariado. "Queremos derrotar a burocracia", diz ele



Aprovada em Plenário, proposta pretende facilitar a consulta das regras que disciplinam abertura e fechamento de empresas

Projeto uniformiza leis para abrir ou fechar empresas

SERÁ EXAMINADO NOVAMENTE pela Câmara dos Deputados projeto que facilita a vida do brasileiro que desejar abrir ou fechar uma empresa. Foi aprovado pelo Plenário do Senado ontem projeto (PLS 431/09) do senador Adelmir Santana (DEM-DF) que uniformiza a legislação federal para a inscrição e a extinção do registro de empresários e sociedades empresárias no Brasil. Como a proposta foi modificada pelos senadores, retorna ao exame dos deputados.

O objetivo do projeto, conforme o senador, é facilitar a consulta das regras atualmente em vigor que disciplinam a abertura e o fechamento de empresas num único diploma legal. Adelmir disse que pretende dar maior amplitude aos dados e às informações globalizadas da vida

e da existência empresarial.

De acordo com o senador, as leis ultrapassadas ainda em vigor atrapalham muito a vida do empresário brasileiro. "Essa proposta revoga dispositivos que tumultuam e trazem insegurança jurídica aos processos de abertura e fechamento de empresas", diz Adelmir.

Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde a matéria foi aprovada com quatro emendas, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) argumentou que a medida servirá para desburocratizar a abertura e o fechamento de empresas no Brasil.

Em seu relatório, Dornelles explica que, "embora o projeto não inove nem corrija os problemas decorrentes do excesso de exigências, nem tampouco crie

regras que permitam unificar os procedimentos das diversas esferas administrativas envolvidas, a reunião das normas pertinentes ao assunto torna mais clara a matéria". A aprovação do projeto, defende, estimulará o empreendedorismo no país.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, de julho a dezembro de 2007 foram abertas cerca de 280 mil empresas no país. O tempo médio de espera para conclusão de todos os procedimentos de abertura de uma empresa chega a 150 dias. O fechamento pode ser mais complicado e demorar anos. Adelmir Santana espera que o projeto seja aprovado também na Câmara ainda este ano. "Nós queremos derrotar a burocracia com esse marco regulatório", defende Adelmir.

Dornelles destaca ampliação da Casa da Moeda

A Casa da Moeda do Brasil inaugurará, no Rio de Janeiro, a primeira de duas novas linhas de produção de cédulas, registrou Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele congratulou o presidente Luiz Felipe Denucci pelo trabalho à frente da instituição. O senador informou que a partir do final de agosto estará em funcionamento uma segunda linha de produção.

Desde 2009, o investimento total feito no parque industrial da Casa da Moeda gira em torno de R\$ 350 milhões, destacou. Com os dois novos maquinários poderão ser produzidas até 2,8 bilhões de cédulas em dois turnos. Atualmente são produzidas 2 bilhões em três turnos.

No primeiro semestre deste ano, registrou Dornelles, a Casa da Moeda do Brasil teve um lucro 81% maior do que no mesmo período do ano passado, alcançando cerca de R\$ 220 milhões. A expectativa é lucrar R\$ 400 milhões até o final deste ano.

– O processo da nova Casa da Moeda do Brasil tem como foco a tríade inovação tecnológica, conquista de mercados e valorização de recursos humanos – resumiu Dornelles.

Empresa pode ser impedida de negar vaga a quem tem dívida

As empresas poderão ser proibidas de negar vaga a quem reivindique emprego, sob a alegação de que o candidato está incluído em algum cadastro de inadimplência. Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A proposição (PLS 465/09) também considera crime o uso de informações constantes de banco de dados ou cadastro de inadimplentes para fins de admissão ou rescisão de contrato de trabalho.

Outro projeto de Paim (PLS 293/09) aprovado pela CAS em votação terminativa inclui o lúpus e a epilepsia entre as moléstias que dispensam o prazo de carência para solicitar auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

A comissão também aprovou projeto (PLS 70/10) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que assegura dedução de encargos sociais a empresas que contratarem ex-presidiários.

À tarde, Paulo Paim comorou em discurso no Ple-

nário a aprovação pela CAS de seu projeto que proíbe prática discriminatória contra o trabalhador. Paim também comentou a aprovação de seu projeto sobre portadores de lúpus e epilepsia.

O parlamentar disse que foi relator de várias propostas aprovadas ontem pela CAS, entre elas o PLC 417/09, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), e o PLC 187/09, do deputado federal Celso Rosomanno (PP-SP). O primeiro beneficia os repentistas, cantadores, improvisadores, emboladores, cantadores de coco, contadores, declamadores e os cordelistas. O outro trata do fornecimento de alimentação diferenciada em escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão ou anemias.

Paim ainda apoiou abaixo-assinado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo (RS) no qual os signatários reivindicam que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar intervenha no sentido de sustar a tentativa da Braskem de retirar o patrocínio do Plano Petros.

Programa dá "mandato" de três dias para jovens

O programa Jovem Cidadão Brasileiro, aprovado ontem pelo Plenário, aprimora o Concurso de Redação do Senado Federal, já existente, e cria o programa Jovem Senador. Neste último, os vencedores do concurso terão uma legislatura simulada de três dias no Senado, quando apresentarão e votarão suas propostas. O programa será realizado a partir de 2011.

Apresentado por Paulo Paim (PT-RS), o projeto de resolução (PRS 2/03) recebeu substitutivo da relatora na Comissão Diretora, Serys Slhessarenko (PT-MT). O concurso de redação será realizado anualmente no mês de novembro. Poderão participar estudantes de 16 a 19 anos, matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas.

Os selecionados em primeiro lugar em cada um dos estados participarão do programa Jovem Senador.

Brasil integrará organização de juventude

O Brasil ingressará na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), entidade intergovernamental para diálogo e cooperação em temas relacionados aos jovens. A decisão foi tomada pelos senadores ao acolherem projeto de decreto legislativo (PDS 21/10) que aprova a ata de fundação do organismo.

A matéria recebeu parecer favorável da relatora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Patrícia Saboya (PDT-CE). Com a assinatura da ata de fundação da OIJ pelos países membros, em 1966, a organização tornou-se organismo internacional autônomo, dotado de personalidade jurídica própria. O Brasil, até agora o único país ibero-americano que não assinou a ata, só tem participado como observador.

Controle de cães e gatos de rua volta à Câmara

Retorna à Câmara projeto que institui a política nacional de controle de natalidade para cães e gatos, especialmente os animais de rua (PLC 4/05).

O projeto original estabelecia que o controle populacional se faria pela "esterilização cirúrgica" (castração). Emenda de Plenário aprovada pelo Senado exclui a palavra "cirúrgica", permitindo assim que sejam usados outros métodos, como a castração química. Se fosse mantida a palavra na lei, os municípios precisariam adotar apenas a castração cirúrgica.

O projeto original foi apresentado pelo deputado Affonso Camargo (PSDB-PR) para acabar com a prática dos municípios de sacrificar cães e gatos apreendidos pelas conhecidas "carrocinhas".

Projeto considera doença o alcoolismo e determina a proteção do Estado ao trabalhador dependente de bebida alcoólica. Dispensa se justificaria no caso de recusa a tratamento

Alcoolismo pode deixar de ser justa causa de demissão

PROJETO QUE DEFINE novos critérios de demissão do trabalhador dependente de bebida alcoólica foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), recebeu decisão terminativa e seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para seu exame pelo Plenário do Senado.

A proposta (PLS 48/10) visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União (RJU) e o Plano de Benefícios da Previdência

Social para que o alcoolismo passe a ser considerado doença e o trabalhador dependente de bebida alcoólica tenha direito à proteção do Estado.

No entanto, o trabalhador diagnosticado como alcoólatra poderá ser demitido por justa causa na hipótese de não concordar com a realização de tratamento.

Ao justificar a proposta (PLS 48/10), Crivella ressaltou que o alcoolismo não é mais visto pela sociedade e pela Medicina como falha moral e sim como doença grave e incapacitante. A cura, lembrou o autor, requer

acompanhamento médico e psicológico.

Já o relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) relaciona no Código Internacional de Doenças a síndrome de dependência do álcool.

– É impensável que nos dias de hoje a legislação que rege as relações de trabalho se mostre surda à necessidade de atuar como coadjuvante no processo de cura daquele que luta contra uma doença incapacitante, reforçando, assim, o estigma e a marginalidade – disse Papaléo Paes em seu parecer.

Estudo aponta maior incidência de perseguição em escolas ruins

Escolas em que se observaram mais atitudes agressivas entre os alunos estão no rol das que apresentaram as piores avaliações em Português e Matemática na Prova Brasil de 2007. O tema foi abordado ontem pelo pesquisador José Batista de Albuquerque em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para Denise Carreira, coordenadora da organização não governamental Ação Educativa, predomina no país um discurso

apoiado na ideia de que “todos são iguais”, sem a valorização das diferentes identidades.

Especialista em educação da Unesco, Timothy Denis Ireland apontou ações que a entidade vem promovendo no país para promover a diversidade e contra o racismo.

Já o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, André Lázaro, destacou a importância da valorização do professor para a qualificação da educação.



Ao lado da senadora Fátima Cleide, Timothy Ireland fala à Comissão de Educação

Nova lei de TV por assinatura deve ser votada até final do ano

A nova regulamentação para os serviços de televisão por assinatura, fixada em projeto de lei da Câmara (PLC 116/10), deverá ser votada até o final deste ano. A previsão é do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que ontem debateu a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de modificar, por meio de medida cautelar, o processo de concessão de

novas outorgas, adotando o critério de “inexigibilidade de licitação”.

O conselheiro da Anatel João Batista de Rezende defendeu a análise imediata dos mais de mil pedidos de licença que já se encontram na agência. Já o diretor de Regulamentação da empresa de telefonia Oi, Paulo Mattos, destacou que, se empresas de telecomunicações puderem ter outorgas de TV a cabo, haverá mais competição e melhores preços para os consumidores.



Presidente da CCT, Flexa Ribeiro (C), preside debate sobre TV por assinatura



Presidida por Rosalba (com Marisa Serrano), CAS aprovou propostas que aperfeiçoam legislação trabalhista e previdenciária

Deficiente pode ser dispensado de nova perícia

Pessoas com deficiências permanentes já comprovadas poderão ser liberadas de refazer exames médico-periciais a cada vez que solicitarem benefícios. Esse é o objetivo de projeto (PLS 330/08) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que vai ao exame da Câmara.

Quando apresentou o projeto, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a necessidade de simplificação dos procedimentos burocráticos exigidos das pessoas com deficiência. Ele citou, entre outros, os benefícios concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o direito ao passe livre em viagens interestaduais.

Facilitada a escolha de curador de deficientes

Proposta que facilita a escolha de curador para as pessoas com deficiências severas, internadas na condição de longa permanência e de interditos foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e segue para a Câmara.

O projeto (PLS 276/09) permite que seja nomeada como curadora a pessoa que ocupar o cargo ou função de dirigente da instituição que as abriga e não mais o administrador, individualmente. Hoje, na falta dos curadores legítimos – cônjuge ou companheiro, pai ou mãe e descendentes aptos à função –, o juiz delega essa missão aos administradores dessas entidades.

Projetos aprovados na CAS beneficiam trabalhador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, dois projetos de lei que beneficiam os trabalhadores brasileiros. O PLS 347/04, do senador César Borges (PR-BA), aumenta de dois para cinco dias a licença de empregados em caso de morte de familiar – cônjuge, ascendente, descendente ou irmão – ou dependente. Já o PLS 285/08, do senador Magno Malta (PR-ES), determina que a Justiça do Trabalho só irá interferir nos conflitos de natureza econômica se empregador e empregados estiverem de acordo quanto ao ajuizamento do dissídio coletivo.

Restrições a venda e aluguel de vaga de garagem

Proprietários de imóveis residenciais ou comerciais poderão ficar impedidos de alienar ou alugar suas vagas de garagem a pessoas estranhas ao condomínio. A proibição foi aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa, e segue para análise

da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 219/03), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera o Código Civil para excluir os abrigos para veículos das partes do imóvel classificadas como de uso independente, passíveis, portanto, de serem alienadas

ou gravadas livremente pelo proprietário.

O texto, entretanto, deixa uma brecha para a alienação ou aluguel de vagas de garagem a não condôminos, caso haja autorização expressa nesse sentido na convenção de condomínio.

BRASILEIRO PODERÁ OPINAR SOBRE PROJETOS

Os cidadãos poderão ter a internet como canal para se manifestar a respeito de projetos em tramitação no Senado. É o que determina o projeto (PLS 77/10), de Raimundo Colombo (DEM-SC), aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta que estabelece o mecanismo de participação popular na tramitação das proposições legislativas na Casa será ainda analisada pela CCJ. O relator do projeto, Marco Maciel (DEM-PE), considerou que o tema é de competência privativa do Senado. Por isso, sugeriu converter o PLS 77/10 em um projeto de resolução. Se ele for aprovado, o site do Senado terá uma ferramenta que permite ao cidadão manifestar sua opinião acerca de qualquer proposição legislativa.

APOSENTADORIA A REPENTISTAS POR IDADE

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que beneficia os repentistas com a aposentadoria por idade. A aposentadoria, segundo a proposta (PLS 417/09), terá valor de um salário mínimo e será concedida durante dez anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2010. A Lei 12.198/10, que regulamentou a profissão este ano, define repentista como “profissional que utiliza o improviso rimado como meio de expressão artística cantada, falada ou escrita, compondo de imediato ou recolhendo composições de origem anônima ou da tradição popular”. Entre os profissionais que podem ser considerados repentistas, estão os cantadores e violeiros improvisadores, os escritores de literatura de cordel, os emboladores e cantadores de coco e os contadores e declamadores de causos de cultura popular.

TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

O Senado aprovou ontem o substitutivo de Renato Casagrande (PSB-ES) ao projeto de lei da câmara (PLC 187/08) que regula o exercício da profissão de técnico em imobilização ortopédica. A matéria, que volta à Câmara dos Deputados, permitirá que os técnicos acumulem dois cargos ou empregos, o que a Constituição permite ao profissional de saúde cuja profissão está regulamentada. Relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Casagrande argumenta, em seu voto, que a aprovação da proposta permitirá ainda o aperfeiçoamento da formação dos técnicos – profissionais que atuam no tratamento de fraturas ósseas e de outras doenças do aparelho locomotor que exigem imobilizações com talas, aparelhos gessados e outros dispositivos.